

# Politização e despolitização: abordagem teórico-metodológica para análise de dinâmicas comunicacionais

## *Politicization and depoliticization: a theoretical-methodological framework for the analysis of communication dynamics*

MAIARA GARCIA ORLANDINI<sup>a</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte — MG, Brasil

ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA<sup>b</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte — MG, Brasil

### RESUMO

Este artigo desenvolve uma proposta teórico-metodológica para analisar discussões políticas em ambientes digitais e compreender empiricamente os processos de politização/despolitização. A partir de uma operacionalização através da análise de conteúdo multimodal, o quadro analítico articula elementos textuais e visuais, os quais muito frequentemente são tratados em análises à parte. O estudo fornece um quadro analítico para apreender os processos de politização e despolitização a partir de três dinâmicas interacionais: análise de enquadramento, análise visual e atuação dos interlocutores. Essa metodologia ajuda a lidar com a complexidade das interações digitais e pode ajudar a entender como esses processos ocorrem simultaneamente.

**Palavras-chave:** Politização, despolitização, análise multimodal, comunicação política.

### ABSTRACT

This article develops a theoretical-methodological proposal to analyze political discussions in digital environments and empirically understand the processes of politicization/depoliticization. Through operationalization via multimodal content analysis, the analytical framework integrates textual and visual elements, which are often treated separately. The study provides an analytical framework to grasp the processes of politicization and depoliticization through three interactional dynamics: framing analysis, visual analysis, interlocutors' performance.

**Keywords:** Politicization, depoliticization, multimodal analysis, political communication.

<sup>a</sup> Pesquisadora em nível pós-doutoral no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0163-6102>. E-mail: [maiaraorlandini@hotmail.com](mailto:maiaraorlandini@hotmail.com).

<sup>b</sup> Professora Titular do Departamento de Comunicação Social da (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8123-2406>. E-mail: [rousiley@fafich.ufmg.br](mailto:rousiley@fafich.ufmg.br).

## INTRODUÇÃO

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, a crise democrática tem suscitado um crescente debate sobre os processos de politização e despolitização de temas de interesse comum em diferentes sociedades. Autores como Burnham (2001), Wood e Flinders (2014), Hay (2007, 2014) e Jenkins (2011) têm trabalhado com esses conceitos. Esse referencial contribui significativamente para o avanço na compreensão social, uma vez que as noções contemporâneas do neoliberalismo são frequentemente apontadas como uma das principais influências na despolitização, com tentativas de remover a responsabilidade, a agência social e esvaziar o conceito de política. No entanto, ainda são raras as pesquisas empíricas que apresentam um desenho operacional adequado para observar e mensurar sistematicamente as dinâmicas de politização e despolitização. A maioria dos estudos se baseia em conceitos sofisticados, mas descritivos. Em contraste, nossa proposta neste artigo envolve a criação de uma operacionalização capaz de identificar sistematicamente esses processos nas interações comunicativas em ambientes digitais.

O quadro analítico proposto apresenta duas contribuições principais. Primeiro, no âmbito das pesquisas em conversações e discussões on-line, o ambiente digital expressa crescente complexidade, em termos de atores, referindo-se a diversidade de grupos, categoria de agentes e pluralidade de vozes. Grupos e discursos antagônicos se organizam em diversos ambientes, ora em espaços homogêneos (grupos *like-minded*), ora espaços heterogêneos (grupos plurais), com frequente embate entre discursos antagônicos. Tem-se também crescente imbricamento das interações e modalidades de ação (conversações, mobilização e protestos com distintas finalidades) no ambiente digital. Por isso, as análises empíricas devem se esforçar para identificar e analisar distintos atores e modalidades de interação on-line.

A literatura sobre as mídias digitais produziu um acúmulo de conhecimento sobre os usos variados de recursos textuais e imagéticos na produção, distribuição e reconfiguração do conteúdo nesses espaços. Nesse âmbito, a segunda contribuição do quadro analítico proposto é combinar metodologias quantitativa e qualitativa, capaz de integrar texto e imagem na linha de estudos multimodais (Maia et al., 2022a, b; Rizzotto et al., 2017; Wessler et al., 2016; Wozniak et al., 2015). Ademais, as pesquisas que se baseiam em uma única plataforma digital tornaram-se claramente insuficientes para abarcar a dinâmica complexa e plural no terreno digital. O presente quadro de análise sistemática é suficientemente flexível para ser empregado em distintos ambientes digitais, de modo congruente com os estudos em plataformas cruzadas (Maia et al., 2015, 2022b).

Nossa proposta tem como objetivo fornecer um quadro analítico para a operacionalização dos conceitos de politização e despolitização, onde buscamos compreender a importância dos recursos discursivos e imagéticos. Para alcançar essa finalidade, nossa abordagem abrange três principais componentes: i) análise de enquadramento, com foco nos processos de politização e despolitização; ii) análise visual baseada no conteúdo imagético relacionado às esferas privada, pública e governamental; e iii) análise da atuação dos interlocutores, considerando o design e as capacidades das plataformas, com distinção entre a atuação de indivíduos, grupos, organizações e instituições.

## POLITIZAÇÃO E DESPOLITIZAÇÃO

Os estudos que exploram os conceitos de politização e despolitização têm se proliferado na agenda de pesquisa da Comunicação e de campos correlatos. Embora a preocupação com o pensamento e a dinâmica do neoliberalismo — como forma de reduzir as fronteiras do estado, restringir a responsabilidade pública e a gestão administrativa ao mínimo — não seja recente, os termos politização e despolitização hoje vêm sendo usados de modo mais específico. Há sobreposição de estudos que tratam de processos de politização e despolitização nos campos teórico, empírico e, também, analítico (Bates et al., 2014; Burnham, 2001; Hay, 2007, 2014; Jenkins, 2011, Wood, 2016; Wood & Flinders, 2014). A matriz conceitual, com distintos tipos de politização e despolitização tornou-se particularmente relevante para ser aplicada em pesquisas empíricas, preocupadas com a crise de legitimidade democrática, o avanço de partidos políticos, grupos iliberais e líderes autoritários (Azevedo & Vimieiro, 2021; Fawcett et al., 2017; Maia, 2017, 2019; Maia et al., 2020).

De início, é necessário esclarecer o que se entende por política nessa corrente de estudos. Em seu livro *Why We Hate Politics*, Hay (2007) adota uma definição de política abrangente, para além de arranjo de instituições, partidos e processos de governança. Este autor oferece uma lista de algumas condições para a existência da política, tais como: possibilidade de haver escolha entre ações e soluções alternativas para problemas percebidos, capacidade de agência, deliberação pública, fluxos comunicacionais e disputas de interesse, entre outros (Hay, 2007, p. 65). Os primeiros estudos de politização e despolitização tendiam a se concentrar na esfera governamental. Burnham (2001), por exemplo, refere-se à despolitização como dinâmica relacionada com a redistribuição de tarefas para outras arenas extragovernamentais e, também, como tentativa de desresponsabilização, ao invés de prestação de contas (*accountability*) aos cidadãos. Nessa corrente, Flinders e Buller (2006) sugerem que a despolitização,

como estratégia de governantes, envolve uma tentativa de *remover* algo (responsabilidade, agência social ou até mesmo a política). A politização, por sua vez, significa buscar adicionar algo (responsabilidade, política ou agência). Os autores sugerem que os processos de despolitização e politização devem ser vistos em relação ao conjunto de instituições políticas e arenas sociais, e também associados às percepções e ideias (perspectivas sociais) que sustentam essas instituições.

Hay (2007) concebe distintas etapas para os processos de politização e despolitização, através de três estágios para cada. Com base nos reinos de Hay (2007), Wood e Flinders (2014) elaboram um quadro em que esses tipos de politização/despolitização são vistos através do movimento de migração de demandas e reivindicações entre as esferas privada, pública e governamental. De um lado, há politização quando questões que afetam a vida das pessoas passam a ser entendidas como “problemas”, isso é, deixam de ser vistas como “naturais” e, portanto, passíveis, de alguma forma, de serem transformadas através da ação dos sujeitos. De outro lado, a despolitização ocorre quando questões, que antes eram objeto de preocupação da esfera governamental, voltam para a esfera pública e/ou para a privada (Hay, 2007, 2014), conforme disposto no Quadro 1.

## Quadro 1

### *Desdobramentos dos processos de politização/despolitização*

Tipologia Hay (2007)	Tipologia Wood e Flinders (2014)	Principal ação	Atores
Politização tipo 1	Politização discursiva	Reconhecimento do dano sofrido	Indivíduo
Politização tipo 2	Politização social	Deliberação e mobilizações	Sociedade e mídia
Politização tipo 3	Politização governamental	Advocacy e políticas públicas	Governo e instituições
Despolitização tipo 3	Despolitização discursiva	Naturalização e/ou negação do dano	Indivíduo
Despolitização tipo 2	Despolitização social	Individualização e/ou criminalização das lutas	Sociedade e mídia
Despolitização tipo 1	Despolitização governamental	Delegação das funções do Estado	Governo e instituições

*Nota.* Elaborado pelas autoras com base nos textos de Hay (2007) e Wood e Flinders (2014).

Em uma coletânea recente, *Anti-Politics, Depoliticization, and Governance* (Fawcett et al., 2017), pesquisadores de Ciência Política, Administração, Filosofia e Comunicação revisitaram esses conceitos e se debruçaram sobre os processos de

despolitização e níveis crescentes de insatisfação com a política como processos e práticas instituídas. Em sua contribuição nessa obra, Maia (2017) discute os efeitos politizantes e despolitizantes de conversas cotidianas. Defende que as conexões entre as redes de governança e os espaços sociais estão cada vez mais complexas em um ambiente de mídia híbrida e interconectada. A conversação e as discussões informais estabelecem relação com a construção de preferências dos cidadãos e interesses de grupos; com o processamento de debates sobre problemas coletivos, incluindo o conflito social e paralelos processos de ativismo; e, ainda, com as demandas dos cidadãos por *accountability* política e social. Portanto, o potencial da conversa cotidiana em processos de politização e despolitização deve ser concebido de modo ampliado, estabelecendo interfaces com as esferas privada, pública e governamental. Em seguida, em contraposição às abordagens que concebem fóruns formais ou minipúblicos deliberativos como mais democráticos, Maia (2017) sustenta que esses espaços são necessariamente interdependentes, especialmente quando vistos a partir de um sistema interligado.

Conceitualmente, a politização Tipo 1, é o primeiro e mais básico processo — ocorre por meio da percepção reflexiva das pessoas e do questionamento sobre dada questão que antes pertencia apenas ao reino do fato. Esse tipo está associado à capacidade de articulação crítica das pessoas e da contestação de valores ou práticas, antes tidos como naturais, e, assim, vistos como “destino” (não da ordem da escolha dos indivíduos). Em outras palavras, a politização Tipo 1 ocorre quando uma questão migra do reino do fato para a esfera privada. Nesse estágio, essa questão passa a ser compreendida como um produto da estrutura social ou cultural, podendo, portanto, ser transformada pela ação dos indivíduos.

A politização Tipo 2 pode ser vista como uma continuidade desse processo crítico, que ocorre quando temas e questões que antes eram restritos à esfera privada ganham visibilidade pública e passam a ser debatidos como assuntos de interesse comum, com relevância para todos. Isso implica em sua transição da esfera privada para a esfera pública, tornando-se objetos de discussões em termos de princípios ou valores a serem defendidos ou práticas a serem implementadas. Assim, o entendimento das causas e possíveis soluções passam a ser endereçadas à (ou como buscadas pela) coletividade, deixando para trás o âmbito meramente individual ou privado.

O processo de politização do Tipo 3 está relacionado à esfera governamental. Questões de interesse comum, que demandam regulamentação ou reforma, passam a fazer parte da agenda da política formal. Tornam-se temas de debate nas casas legislativas, alvos de políticas públicas ou programas administrativos

nos órgãos do executivo, ou mesmo objeto de contendas em processos judiciais. Nesse estágio, ocorre uma transição da esfera pública para o âmbito do Estado e do governo.

O conceito de despolitização descreve o deslocamento da tomada de decisões do Estado para a sociedade, fazendo o caminho inverso. A primeira despolitização, Tipo 1, é caracterizada pela delegação das funções do Estado para instituições não governamentais, agentes sociais e para o mercado (no caso das privatizações). Ainda que haja controle pelo Estado, os governantes ou órgãos públicos se restringem a assegurar o cumprimento de regras ou contratos, através do conjunto de leis ou sanções criminais (Wood & Flinders, 2014).

O Tipo 2 de despolitização diz respeito a questões antes discutidas na esfera pública, concernente ao interesse coletivo, que se deslocam para a esfera privada. O apagamento ou o silenciamento de certos conflitos (entre grupos sociais ou entre certas populações e gestores públicos) da mídia e das plataformas digitais, são exemplos. Nas palavras de Wood e Flinders (2014), esse estágio pode ser concebido como “processo pelo qual a deliberação social em torno de uma questão política gradualmente se corrói, na medida em que efetivamente se despolitiza” (p. 159).

Por último, a despolitização Tipo 3 trata do deslocamento de questões do âmbito privado para o reino da necessidade. Aqui, tem-se uma recusa de tomar decisão sobre o problema em tela, ou, mesmo, a defesa da indesejabilidade de interpor ações específicas, como medidas educativas, cautelares e protetivas. Frequentemente, esse processo se associa ao enquadramento de processos políticos como fatos já dados, “normais” e que se justificam pelo “senso comum”, levando a uma naturalização dos fenômenos. Wood e Flinders (2014) utilizam o termo “despolitização discursiva” para designar a naturalização de questões contenciosas, a diluição de diferenças de identidades, e evocação de pânico moral para substituir o debate por soluções imediatas para os problemas percebidos. Nessas condições, discursos despolitizantes solapam a indagação sobre as possibilidades alternativas de entendimento dos problemas, e/ou o questionamento sobre princípios morais e éticos a serem defendidos nas ações ou políticas públicas, ou buscados numa dada direção para resolução de problemas sociais (Maia et al., 2023). Em situações em que há amplos consensos e compreensão cristalizada unidirecional, discursos despolitizantes frequentemente se colocam como totalitários, impedem a crítica e a contestação, já que essas não são mais socialmente reconhecidas (Bates et al., 2014, p. 246).

## FOCALIZANDO AS ESFERAS E OS TIPOS DE POLITIZAÇÃO

Há um número considerável de estudos que abordam processos de politização/despolitização, sobretudo no âmbito da administração e de governança (Flinders & Buller, 2006; Hay, 2014; Willems & Van Dooren, 2016; Wood, 2016; Wood & Flinders, 2014). Para nossos propósitos, cabe destacar que, apesar da importante interconexão entre as esferas privada, pública e governamental, os estudos empíricos tipicamente focalizam uma das esferas para observar o movimento entre os diferentes tipos de politização/despolitização. Na primeira fase nessa área de pesquisa (Hay, 2007, 2014; Wood, 2016; Wood & Flinders, 2014), os estudos majoritariamente se concentraram na esfera governamental, buscando explorar transições ao longo dos vetores politização/despolitização. Em uma fase mais recente, as pesquisas (Azevedo & Vimieiro, 2021; Baptista et al., 2022; Maia, 2017, 2018; Maia et al., 2020) passaram a se preocupar com o processamento de questões políticas controversas e conflitos sociais na esfera pública. Aqui, a investigação de disputas discursivas e de movimentos ativistas, que lutam por transformação numa direção desejada, ganham atenção analítica central.

Estudos sobre a esfera pública tipicamente destacam a importância de observar e rastrear as mudanças sociais e discursivas, uma vez que estas estão associadas a reformas e decisões governamentais (Maia, 2012, 2014; Maia et al., 2023; Wood & Flinders, 2014, p. 152). Jenkins (2011), em particular, apontou três motivos principais para adensar o interesse nos processos de despolitização e politização, nas esferas extragovernamentais. São eles: (i) correntes contemporâneas da teoria política e seus esforços de politizar o social, a partir da valorização da perspectiva dos cidadãos; (ii) a despolitização como estratégia de governo em democracias eleitorais, e (iii) a utilização do termo “politização” com teor pejorativo para designar a penetração indevida de política partidária em arenas que deveriam se manter neutras e extrapolíticas, como esporte, religião e ciência.

Jenkins (2011) e Bates et al. (2014) defendem o argumento que a dinâmica de despolitização busca não apenas a retirada da política do jogo entre os agentes, mas também destruir a percepção da possibilidade de realizar escolhas (eliminar alternativas de escolha). Nos termos de Bates et al. (2014), a “politização ajuda a desnaturalizar, a revelar e a contribuir para a contingência, a abertura e a autonomia; a despolitização gera sedimentação discursiva, a restrição, remoção ou supressão de nossas capacidades de autonomia” (p. 246). Nesse contexto, a politização pode ser descrita como processo de discussão e deliberação num contexto de escolha, enquanto a despolitização estaria ligada ao fatalismo e à restrição do debate.

Em nossa proposta de operacionalização empírica, compartilhamos do interesse de Bates et al. (2014), ao focalizarem as perspectivas políticas e



argumentativas dentro da esfera pública, a fim de distinguir distintos enquadramentos, julgamentos políticos da responsabilização e demandas de ação (ou inação). Por meio de análise sistemática, podemos lançar luz sobre o entendimento mesmo do problema do ponto de vista dos enunciadores, se pertinente à esfera da privada, pública ou governamental, bem como soluções propostas ou preferidas.

Em nosso quadro teórico-analítico, entendemos que os processos de politização e despolitização não devem ser vistos como processos alternativos, como se um ou outro acontecesse, como boa parte da literatura sugere. As dinâmicas, mesmo que em direções contrárias, podem operar de forma paralela e simultânea. Cabe também destacar que as fronteiras entre as esferas devem ser tratadas como porosas e, por isso mesmo, como alvo de contestação e disputa. Para operacionalizar os tipos de politização/despolitização em estudo empírico, pretendemos demonstrar que é importante compreender os argumentos e recursos de fala, em nosso caso, na esfera pública. De tal modo, o que buscamos é apreender qual sentido é articulado no ato de fala e qual entendimento é atribuído ao problema, no que tange à imputação de responsabilidade e ao encaminhamento de solução como pertinente às esferas privada, pública e governamental.

## DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO

### Complexidade conceitual

A operacionalização dos conceitos de politização e despolitização impõe ao pesquisador dificuldades de distintas naturezas. Indicamos aqui três desafios: a) a compreensão multinível de politização/despolitização ou processos com dinâmicas simultâneas; b) as fronteiras fluidas entre os “estágios” ou etapas de desenvolvimento do conflito social, e c) grau de institucionalização da questão na esfera governamental e jurídica. Para lidar com essas dificuldades, é importante elaborar um pouco mais sobre esses desafios e sobre as ferramentas para construir a análise.

Os tipos de politização/despolitização, como Wood e Flinders (2014) recorrentemente alertam em seus trabalhos, não devem ser tratados de forma unidirecional nem são eles excludentes. Segundo os autores, é preciso pensar as esferas como concêntricas e, em alguns casos, sobrepostas, a fim de não as hierarquizar nem as delimitar, mas, ao invés disso, entender a complexa inter-relação entre elas. A depender do interesse de investigação, os pesquisadores podem acionar distintas categorias e subcategorias de análise. Nosso quadro analítico propõe o uso metodológico de análise de conteúdo sistemática, a fim de escrutinar como o problema é visto e disputado por diferentes atores sociais.



Como explicaremos na seção seguinte, a análise de conteúdo permite captar e traçar sentidos em distintas condições, com diferentes modos de agregação e níveis de comparação dentro do caso estudado. Assim sendo, processos de politização e despolitização podem ser examinados como dinâmicas que podem operar de forma paralela e simultânea, ainda que em sentidos contrários.

A segunda dificuldade para empregar os conceitos politização/despolitização consiste em apreender os estágios do conflito em tela. Conceitualmente, devemos entender as fronteiras entre as esferas como fluidas, podendo ser alvo de contestações recorrentes (Wood & Flinders, 2014). Análise de conteúdo sistemática é também uma metodologia apropriada para lidar com essa dificuldade. Por exemplo, Bates et al. (2014) ressaltam a importância de examinar o conteúdo dos conflitos e também o contexto em que eles ocorrem. De acordo com os autores, atenção ao contexto do debate (sobre a questão política controversa) “permite a identificação de processos de politização e despolitização dentro do mesmo momento e mesmo espaço político em que o *conteúdo* despolitizador pode ser encontrado em mudanças contextuais de politização e vice-versa” (Bates et al., 2014, p. 246). Destacamos que, ainda que a transição entre as esferas (privada, pública e governamental) possa, muitas vezes, parecer ambígua, manter o foco no conteúdo expresso por diferentes atores sociais (indivíduos, grupos, atores sociais ou populações de uma forma ou de outra) é fundamental. A análise de conteúdo possibilita mapeá-lo, rastrear transformações dos argumentos, discursos ou demandas ao longo do tempo. Nesse sentido, o diálogo do pesquisador com estudos históricos, culturais e sociológicos sobre a questão em tela é crucial para compreender substantivamente os achados e interpretá-los com propriedade.

Por fim, e de maneira relacionada, demarcar a institucionalização na esfera governamental, administrativa e jurídica é o terceiro desafio para desenvolver estudos empíricos baseados nos conceitos de politização/despolitização. Os diferentes níveis de institucionalização podem, inclusive, afetar a compreensão sobre o que incita a politização ou despolitização (Beveridge et al., 2014; Burnham, 2001; Flinders & Buller, 2006) e/ou o que se define como invasão político-partidária em um processo que deveria manter a neutralidade, distante de conflitos partidários (Berg-Sørensen, 2006; Meyer-Sahling, 2008). O diálogo crítico com estudos prévios oferece ao pesquisador importantes parâmetros para examinar processos de tomada de decisão, desenhos de políticas públicas, ativismos e demandas de movimentos sociais em relação ao caso, numa dada sociedade. Como já indicado acima, a análise de conteúdo sistemática, para lidar com essas dificuldades, deve se ancorar em consistente revisão de literatura e pesquisa documental, não apenas para construir categorias analíticas (código),

mas também para compreender comparativamente questões substantivas num espaço e tempo delimitados.

### **Complexidade dos ambientes digitais**

Estudar os processos de politização e despolitização no ambiente digital requer, também, atenção cuidadosa às dinâmicas próprias de cada plataforma digital. Salientamos, em nosso quadro teórico-analítico, a importância de (i) olhar para diferentes plataformas e (ii) considerar a peculiaridade das formas de expressão, a partir do conteúdo verbal e pictórico, no ambiente digital. Nos primeiros estudos sobre conversação e discussão on-line, as pesquisas se debruçaram sobre uma única plataforma. Com o crescente imbricamento de mídias, a multiplicidade de ambientes digitais e conexão entre eles, os estudos atuais buscam entender as interações que ocorrem em diversas plataformas (Maia et al., 2015, 2022b; Yarchi et al., 2020). Essa estratégia (estudos *cross platform*) evita compreensões genéricas ou simplificadas e, ao invés disso, busca demonstrar tipos de engajamento específicos de cada plataforma.

As plataformas frequentemente encorajam múltiplas formas de expressão e interação por meio de suas *affordances*, sendo que conteúdos textuais e a comunicação não verbal evocam uma multiplicidade de significados, nem sempre óbvios à primeira vista, incluindo posicionamentos políticos, emoções, reações e informações sobre diversos assuntos simultaneamente. Estudos sobre o potencial discursivo das imagens, por exemplo, evidenciam a importância dos aspectos visuais e sociopolíticos da conversação. De tal sorte, o conteúdo visual é, também, um elemento essencial na comunicação que atravessa as redes sociais e deve ser investigado com igual atenção e rigor analítico.

### **OPERACIONALIZAÇÃO DOS DIFERENTES ESTÁGIOS DE POLITIZAÇÃO E DESPOLITIZAÇÃO**

Esta seção tem por objetivo desenvolver um quadro de análise integrado, para empregar a tipologia de politização e despolitização em estudos sobre conversação on-line. Partimos da premissa que se deve levar em consideração a variedade de repertórios e modos de agência enunciativa dos usuários bem como as especificidades das plataformas digitais. Uma nota de cautela é necessária aqui para destacar que concebemos as plataformas como ambientes que fazem emergir o social e não apenas como espaços que intermediam o debate político (Van Dijck, 2013). Para reiterar, a devida atenção e análise do design e da interface técnica das plataformas (incluindo os dispositivos técnicos, suportes

como *affordances*, ou recursos para produção e compartilhamento de texto e imagens) são cruciais para o estudo da comunicação on-line).

Nossa proposta metodológica se baseia, em parte, no modelo de análise multimodal (Wessler et al., 2016; Wozniak et al., 2015) e na combinação de análise de elementos textuais e imagéticos expressos no ambiente digital. Desenvolvido por Wessler et al. (2016) para a análise comparativa de cobertura jornalísticas sobre mudança climática em diferentes países, o modelo original dessa metodologia integra: (i) análise de enquadramento noticioso (Entman, 1993), (ii) análise de narrativa (Wolf, 2018) e (iii) análise visual de imagens que ilustram o texto jornalístico (Rodriguez & Dimitrova, 2011).

Para compreender as trocas comunicativas on-line e as particularidades das plataformas digitais, propomos um quadro analítico que contemple: i) análise de enquadramento focalizando os processos de politização e despolitização; ii) análise visual baseada no conteúdo imagético expresso em relação às esferas privada, pública e governamental; e iii) análise da atuação dos interlocutores (análise de usuário, tendo em vista o design e as *affordances* das plataformas, com distinção entre atuação de indivíduos, grupos, organizações e instituições). Antes de descrever as categorias sobre tipos de politização/despolitização e ilustrar a operacionalização das três unidades de análise (*i.e.*, texto, usuário e imagem) é preciso caracterizar brevemente o caso do assédio sexual de rua, também conhecida como importunação sexual, já que alguns exemplos da aplicação dos operadores analíticos são problematizados a partir dessa pauta.

Em nossa pesquisa, a discussão em torno do assédio sexual nas redes sociais suscita preocupações cruciais relacionadas à segurança na apropriação de espaços públicos e à preservação das escolhas individuais. Esse fenômeno vem sendo alvo de diversos debates nas redes sociais e é rotineiramente definido como uma forma de importunação e assédio de natureza sexual/verbal que ocorre em ambientes públicos ou privados. Esse tipo de assédio compreende ações que abrangem vaias, buzinas, olhares constrangedores, conversas indesejadas e gestos de conotação sexual.

### **Análise de enquadramento**

A análise de enquadramento apresenta uma variedade de abordagens em relação aos componentes a serem examinados na investigação empírica. Goffman (2012) trata o conceito de enquadramento como um processo inerente à estruturação da experiência e dos significados, a partir de situações específicas. De forma simplificada, podemos dizer que o enquadramento é a maneira como se define uma situação, quando nos perguntamos “o que está acontecendo aqui?” Conforme Goffman, usamos quadros de referência para elaborar nossa

resposta. Esses quadros são socialmente construídos e se transformam concomitantemente com desenvolvimentos sociais, por meio de experiências coletivas e cotidianas. Nas palavras do autor, a “análise de quadros” é uma perspectiva que explora a estruturação da experiência (Goffman, 2012, p. 34). Os quadros, essencialmente, servem como mecanismos de interpretação, capacitando indivíduos a compreender, perceber e discernir eventos, fenômenos e questões que se desenrolam no mundo.

Uma das operacionalizações amplamente utilizadas de enquadramento, sobretudo no campo da comunicação e mídia, é a formulada por Entman (1993). Nessa vertente, os estudos de enquadramento geralmente investigam como um dado problema é definido, quais são suas causas, as avaliações morais e possíveis soluções propostas. Em nossa pesquisa sobre o debate acerca do assédio sexual nas redes sociais, construímos categorias para captar processos de politização/despolitização em postagem no Instagram e também proferimentos no Twitter. Vale lembrar que as opções listadas não são exaustivas. A descrição das categorias busca, sobretudo, identificar como os conceitos politização/despolitização oferecem guia para a construção de categorias, traduzidos em termos substantivos do tema escolhido — que pode ser usado em operações em estudos sobre outros temas.

(a) *Definição do problema*: conforme Entman (1993), o que se entende como problema — danos, custos, falhas ou prejuízos, déficits em ações etc. — é implícita ou explicitamente articulado (e avaliado) com base em valores culturais compartilhados. No que concerne politização e despolitização, é necessário pensar em como o problema em tela pode ser apreendido, em alusão às esferas (privada, pública ou governamental). Em nossa pesquisa, a definição do assédio sexual como problema foi categorizada, a partir de diferentes entendimentos, ou, seja, quadros de sentido (Quadro 2). Para construir as categorias, é importante que o pesquisador se familiarize com estudos sobre o problema escolhido, através de cuidadosa revisão de literatura para apreender os sentidos culturais e históricos envolvidos no problema.

**Quadro 2***Operadores de politização/despolitização para definição do problema*

Processo (Tipo de politização)	Esfera de referência (a qual reino pertence o problema)	Como se manifesta (como o problema é compreendido)
Politização tipo 1	Responsabilização na esfera privada	Compreensão do assédio sexual ou da importunação como impróprio ou inaceitável pelas pessoas afetadas
Politização tipo 2	Responsabilização na esfera pública	Compreensão do assédio ou da importunação como problema público, inaceitável por afetados, concernidos e conjunto ampliado de cidadãos
Politização tipo 3	Responsabilização da esfera governamental	Compreensão da ação como violação ou crime passível de sanção legal
Despolitização tipo 1	Desresponsabilização da esfera governamental	A importunação, embora vista como problema (assédio), não deve ser criminalizada
Despolitização tipo 2	Desresponsabilização da esfera pública	A importunação não é vista como algo com relevância social, de interesse comum, pois cabe às pessoas definir preferências e coordenar as ações
Despolitização tipo 3	Desresponsabilização da esfera privada	O assédio não é visto como dano ou problema, mas como algo natural e inerentes às relações sociais

(b) *Diagnóstico das causas*: Entman (1993) argumenta que o enquadramento consiste em identificar as forças que originam ou motivam um problema. Tomando como exemplo o caso do assédio sexual nas ruas, foram levantadas questões acerca da atribuição de responsabilidade em relação ao assédio. Foi considerado a qual esfera o culpabilizado faz referência. Portanto, é essencial refletir sobre o contexto em que o indivíduo, ou grupo, responsabilizado se insere, considerando que o cidadão ordinário tende a se associar à esfera privada, enquanto as questões de natureza pública e social se enquadram na esfera pública ou governamental, como ilustrado no Quadro 3.

### Quadro 3

*Operadores de politização/despolitização para diagnóstico das causas*

Processo (Tipo de politização)	Esfera de referência	Como se manifesta (quem é responsabilizado)
Politização tipo 1	Indivíduo (esfera privada)	Homem (homens não devem assediar em nenhuma condição)
Politização tipo 2	Sociedade/coletivo (esfera pública)	Sociedade (a sociedade patriarcal como força motora na formação de homens machistas). Compreensão do assédio ou da importunação enquanto problema social, sendo todos corresponsáveis para evitar ou coibir esses comportamentos e ações danosas.
Politização tipo 3	Governantes/leis (esfera governamental)	Institucional/Estado (leis e políticas públicas devem intervir com ações) e homens assediadores devem sofrer sanções e punições previstas em lei.
Despolitização tipo 1	Governantes/leis (esfera governamental)	Desresponsabilização das instituições governamentais, não cabe aos agentes públicos atuar, mas a família, igrejas ou grupos concernidos, sem a dependência do Estado.
Despolitização tipo 2	Sociedade/coletivo (esfera pública)	Indivíduos devem agir autonomamente e orientar suas condutas, de modo singular e individualizado, como mulheres zelar/não zelar por sua segurança.
Despolitização tipo 3	Indivíduo (esfera privada)	Homens e mulheres têm seus comportamentos justificados por fatores biológicos ou não culpabilização do assédio

(c) *Sugestão de soluções*: Entman (1993) argumenta que os enquadramentos apresentam abordagens para os problemas percebidos sob determinada perspectiva que já sinalizam ou antecipam as resoluções almejadas ou preferidas. Em nosso estudo, essas soluções foram elencadas em categorias apenas nos processos de politização, uma vez que a despolitização envolve o não reconhecimento do dano. Em outras palavras, não há porquê propor solução para algo que não é visto como problema. Nessa dimensão, cabe discernir como a solução é apresentada e elucidar qual arena/esfera é responsável por executá-la. Ações individuais e isoladas recaem sobre a esfera privada, enquanto ações que necessitam de um suporte coletivo recaem sob a esfera pública. Sugestões que clamam por ações institucionalizadas, por sua vez, estão sob responsabilidade da esfera governamental.

**Quadro 4***Operadores de politização para sugestões de soluções*

Processo (Tipo de politização)	Esfera de referência	Como se manifesta (a quem cabe a resolução do problema)
Politização tipo 1	Esfera privada	A resolução cabe individualmente às mulheres (estratégias para que elas evitem importunação e assédio, por exemplo: não sair sozinha à noite, não utilizar roupas curtas, não beber em excesso, etc.). Individual do homem (homens precisam se politizar para evitar essas situações)
Politização tipo 2	Esfera pública	A resolução cabe a um conjunto de medidas voluntárias nos setores do trabalho ou da educação (programas informais, protocolos profissionais)
Politização tipo 3	Esfera governamental	Leis para e ações governamentais para implementar programas, campanhas de conscientização por agentes oficiais etc.

**Quadro 5***Operadores de politização para julgamentos morais*

Processo	Sentido expresso	Como se manifesta (qual a fonte de demanda)
Politização tipo 1	Esfera privada (indivíduo)	Valoração ou julgamento positivo que considere as histórias pessoais
Politização tipo 2	Esfera pública (sociedade/grupos)	Valoração ou julgamento positivo que considere reivindicações para grupos/terceiros
Politização tipo 3	Esfera governamental (políticas públicas)	Valoração ou julgamento positivo que considere reivindicações para o melhor funcionamento de políticas públicas
Despolitização tipo 1	Esfera governamental (políticas públicas)	Valoração ou julgamento negativo de depreciação ou críticas a políticas públicas (como manifestações que menosprezam a eficácia da Lei Maria da Penha ou destacam que o Estado não deveria ser envolvido em tais questões)
Despolitização tipo 2	Esfera pública (sociedade/grupos)	Valoração ou julgamento negativo sobre movimentos sociais (criminalização)
Despolitização tipo 3	Esfera privada (indivíduo)	Valorização positiva do assédio (assédio como forma de elogio)

(d) *Julgamentos morais*: Entman (1993) afirma que o enquadramento realiza uma análise crítica e valorativa dos agentes causadores e seus efeitos (Quadro 5). Algumas pesquisas não identificaram essa classe de elementos



porque a consideraram de difícil apreensão, como no estudo de Wessler et al. (2016). Entretanto, dependendo do tópico em análise, é viável construir um quadro que leve em consideração os processos de politização e despolitização, bem como as avaliações positivas e negativas associadas a esses elementos.

Como mencionamos, Entman (1993), ao elaborar as categorias descritas acima, tinha em mente desenvolver estudos sobre conteúdos de mídia, como notícias e reportagens. No entanto, essas categorias podem ser empregadas na análise de outros tipos de conteúdo, como os processos de politização/despolitização de discussões on-line. Após a identificação dos elementos, é possível quantificar, realizar análises e comparação entre eles, ou, ainda, utilizá-los para identificar *frames* mais abrangentes.

### Identificação dos interlocutores

A abordagem da “ecologia complexa” no contexto do ambiente interconectado de mídia oferece um ponto de partida valioso para apreender as ações e interações dos usuários. É importante ressaltar que diversos aplicativos e plataformas digitais criam oportunidades e restrições distintas e, ao mesmo tempo, estabelecem espaços conversacionais interligados. Primeiro, uma vez que as redes digitais estão intrinsecamente vinculadas à dinâmica em constante mudança das inovações tecnológicas, compreender esses ambientes e o uso que os usuários fazem deles equivale, em certa medida, a entender a natureza transitória e efêmera desses espaços destinados ao entretenimento, à busca por informação, ao estabelecimento de sociabilidade, ao desenvolvimento de discussões políticas, etc. (Maia et al., 2015, 2022b; Van Dijck, 2013). Segundo, os usuários devem ser vistos como agentes envolvidos em diversas práticas sociais, tais como publicar, comentar, compartilhar, curtir e muitas outras interações disponíveis. Terceiro, a discussão on-line é moldada pelo design e pelo propósito da plataforma, sendo que os espaços digitais também são regidos, em grande medida, por normas e expectativas de comportamento compartilhadas pelos usuários. Assim, a lógica das interações é associada com a natureza dos ambientes. Para auxiliar a compreensão de como os usuários, e como as redes, influenciam nos processos de despolitização/politização os seguintes itens devem ser observados:

(a) *Tipos do usuário*: para explorar de forma sistemática os diferentes usuários, os pesquisadores podem construir classificações que fazem referências às diferentes esferas: (i) aqueles que falam em nome do Estado, englobando setores executivo, legislativo e jurídico, discernindo, secretarias, delegacias, instituições e representantes políticos oficiais (eleitos) que desempenham um papel fundamental ao ecoar a perspectiva da esfera governamental nas conversações on-line; (ii) aqueles que representam interesses organizados de associações cívicas,

entidades religiosas, grupos identitários, meios de comunicação e agentes de mercado e do setor privado; e (iii) cidadãos singulares, ordinários, aqueles que falam por si (e não em nome de interesses organizados).

(b) *Indicadores de alcance*: ao contrário dos participantes em discussões presenciais, os envolvidos em ambientes digitais “curtem” as postagens e também compartilham comentários anteriores enriquecendo o conteúdo com suas próprias perspectivas e argumentos (Maia et al., 2022b). As variáveis do esquema de códigos podem incluir os metadados de forma a compreender o alcance e repercussão de determinado conteúdo. Ao examinarmos as “curtidas” e os compartilhamentos, por exemplo, podemos inferir o alcance e a extensão de uma discussão específica no contexto do ambiente digital.

(c) *Nível de identificabilidade*: por nível de identificabilidade, considera-se a apresentação dos usuários. Nas plataformas digitais, isso implica o uso de perfis que podem atuar com identidades reais, pseudônimos ou até apelidos, sem qualquer identificador. O nível de identificabilidade empregado afeta a participação e o comportamento político do usuário (Asenbaum, 2018; Maia et al., 2015, 2022b). Dessa forma, os códigos têm a capacidade de capturar tanto a falta de identificação, como o anonimato dos usuários, quanto, por outro lado, a confirmação da identidade, que pode ser constatada através dos selos de contas verificadas disponibilizados pela própria plataforma.

### **Análise visual**

A comunicação visual, por definição, carregada de significados múltiplos, nem sempre evidentes à primeira vista, oferece diversos elementos sobre posicionamentos políticos, reações emocionais, sentimentos e informações em distintas camadas (Highfield & Leaver, 2016). No que tange às imagens e à comunicação política, as formas não verbais são estudadas em diferentes frentes. No estudo sobre deliberação, a comunicação visual pode revelar, por exemplo, processos de justificação, inclusão ou não de atores marginalizados em debates públicos; e também induzir, refletir e estimular novas formas de pensar sobre as controvérsias públicas (Mendonça et al., 2022). Em pesquisas sobre ativismo e mobilização política, as imagens ajudam a desvelar enquadramentos e reenquadramentos de mensagens complexas, com efeitos variados em agentes da mídia, grupos de simpatizantes da causa e em grupos oponentes (Karabelnik, 2021).

Em nosso estudo sobre assédio sexual, propusemos, como primeiro passo, distinguir entre imagens referentes às esferas privada, pública e governamental.

a) *Imagens da esfera privada*: esta categoria inclui imagens que retratam o corpo dos indivíduos (imagens com tom sensual, com uso do corpo para expressar uma mensagem) ou presença individual do rosto (selfies, por exemplo).

(b) *Imagens da esfera pública*: esta categoria abarca imagens que retratam expressões de coletividade (imagens que mostram grupos), conteúdo com caráter informativo e/ou educativo (imagens que tragam infográficos, esquemas), divulgação (cartazes e cards de divulgação de eventos e ações), entre outros.

(c) *Imagens da esfera governamental*: esta categoria refere-se às imagens que informam sobre leis e ações oriundas do poder executivo, legislativo ou judiciário. Inclui a divulgação de informações sobre políticas públicas, campanhas governamentais e eventos oficiais. Além disso, abarca imagens que mostram a interação direta entre representantes governamentais e a comunidade, como em encontros, conferências e sessões legislativas, ou, ainda, eventos associados à esfera governamental.

Partimos da premissa que o “sentido expresso” por meio de imagens é complexo, com nuances e significados específicos (Rizzoto et al., 2021). Em nossa pesquisa, a categorização do conteúdo visual, ainda que relativamente simples, é muito promissora quando combinada com a análise do conteúdo verbal e de usuário. Isso porque a tipologia de imagens (privada, pública e governamental) é integrada à análise dos três tipos de politização e três tipos de despolitização, e, ainda, vista com relação ao uso empreendido por distintas categorias de usuários.

Esse esquema permite gerar múltiplas combinações. O pesquisador, através desse quadro analítico integrado, pode lidar com elementos textuais e visuais, de modo sistemático, baseado em evidências para descobrir padrões estatisticamente significativos. Pode, assim, explorar essas dimensões em detalhes, destacando como as imagens refletem correlações com diferentes reinos e processos de politização e despolitização. Esse quadro analítico integrado possibilita, ao mesmo tempo, produzir novas indagações sobre a relação existente entre essas diferentes unidades de observação (usuário, texto, imagem), pavimentando o terreno para investigações futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre politização, despolitização e repolitização envolve questões de grande complexidade em termos de conteúdo. Poucas pesquisas empíricas desenvolveram métodos apropriados para observar e quantificar de maneira sistemática as dinâmicas de politização e despolitização. Embora muitos estudos façam uso de conceitos sofisticados, as investigações costumam se limitar a descrições e interpretações. Para lidar com essa lacuna, nossa abordagem procurou introduzir uma metodologia capaz de identificar processos de politização e despolitização de forma sistemática nas interações comunicativas que ocorrem em ambientes digitais.

A metodologia proposta neste artigo permite uma adaptação da análise de enquadramento noticioso multimodal, com o propósito de apreender tais processos nas discussões on-line. Esperamos ter demonstrado que os tipos de politização/despolitização podem ser operacionalizados através de: a) análise de enquadramento apta a discernir entre diferentes tipos processos e níveis nas esferas privada, pública e governamental; b) análise de usuários das redes sociais; e c) análise visual voltada para discernir o conteúdo das imagens associadas as esferas privada, pública e governamental. Notadamente, a inclusão da análise visual, preocupada em incluir o conteúdo pictórico, é essencial para entender e interpretar as dinâmicas através das quais os conteúdos são configurados pela lógica e o design das plataformas e pelas interações entre os usuários. A análise combinada de texto e imagens permite lidar com nuances, de modo mais congruente, com o caráter politizador/despolitizador das imagens em situações e contextos específicos. Problematicar o tipo de usuário — representantes oficiais, agentes da sociedade civil, agentes do mercado e cidadãos ordinários, dando a ver quem fala, o nível de identificabilidade, bem como o alcance e a repercussão de suas interações, pode fornecer elementos preciosos para a compreensão dessas dinâmicas.

A proposta metodológica aqui apresentada significa também um esforço para traçar demandas de dano sofrido, com o intuito de entender como os agentes envolvidos reconhecem ou não os problemas alegados, e/ou como influem para politização/despolitização do debate. No contexto contemporâneo de crise de legitimidade da democracia, corrosão de consensos de fundo e retrocessos em arranjos institucionalizados de inclusão e direitos, buscar ferramentas para observar e analisar como esses processos podem ocorrer de forma simultânea parece urgente e essencial. ■

## REFERÊNCIAS

- Asenbaum, H. (2018). Anonymity and democracy: Absence as presence in the public sphere. *American Political Science Review*, 112(3), 459–472. <https://doi.org/10.1017/S0003055418000163>
- Azevedo, A., & Vimieiro, A. C. (2021). *A política despolitizante de Bolsonaro: Uma análise da posição pública do governo na cobertura jornalística sobre a liberação de agrotóxicos*. Congresso Compolítica: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Belo Horizonte, Brasil.
- Baptista, É. A., Hauber, G., & Orlandini, M. (2022). Despolitização e populismo: As estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. *Media & Jornalismo*, 22(40), 105–119. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_40\\_5](https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_5)

- Bates, S., Jenkins, L., & Amery, F. (2014). (De)politicisation and the Father's Clause parliamentary debates. *Policy & Politics*, 42(2), 243–258. <https://doi.org/10.1332/030557312X656007>
- Berg-Sørensen, A. (2006). Politicising religions. *Political Theory*, 34(6), 800–806. <https://doi.org/10.1177/0090591706292839>
- Beveridge, R., Hüesker, F., & Naumann, M. (2014). From post-politics to a politics of possibility? Unravelling the privatization of the Berlin Water Company. *Geoforum*, 51, 66–74. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.09.021>
- Burnham, P. (2001). New Labour and the politics of antisocial behaviour. *British Journal of Politics and International Relations*, 3(2), 127–149. <https://doi.org/10.1111/1467-856X.00054>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Fawcett, P., Flinders, M. V., Hay, C., & Wood, M. (Eds.) (2017). *Anti-politics, depoliticization, and governance*. Oxford University Press.
- Flinders, M., & Buller, J. (2006). Depoliticisation: Principles, tactics and tools. *British Politics*, 1(3), 293–318. <https://doi.org/10.1057/palgrave.bp.4200016>
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Vozes.
- Hay, C. (2007). *Why we hate politics*. Polity Press.
- Hay, C. (2014). Depoliticisation as process, governance as practice: What did the 'first wave' get wrong and do we need a 'second wave' to put it right? *Policy & Politics*, 42(2), 293–311. <https://doi.org/10.1332/030557314X13959960668217>
- Highfield, T., & Leaver, T. (2016). Instagrammatics and digital methods: Studying visual social media, from selfies and GIFs to memes and emoji. *Communication Research and Practice*, 2(1), 47–62. <https://doi.org/10.1080/022041451.2016.1155332>
- Jenkins, L. (2011). The difference genealogy makes: Strategies for politicisation or how to extend capacities for autonomy. *Political Studies*, 59(1), 156–174. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00844.x>
- Karabelnik, M. (2021). *Doing visual activism: A practice-based approach to the study of visual social media use by Kia'i Mauna Kea*. Proceedings of the 54th Hawaii International Conference on System Sciences, Hawaii.
- Maia, R. C. M. (2012). *Deliberation, the media, and political talk*. Hampton Press.
- Maia, R. C. M. (2014). *Recognition and the media*. Palgrave Macmillan.
- Maia, R. C. M. (2017). Politicization, new media, and everyday deliberation. In P. Fawcett, M. V. Flinders, C. Hay, & M. Wood (Eds.). *Anti-politics, depoliticization, and governance* (pp. 68–88). Oxford University Press.

- Maia, R. C. M. (2019). Politicisation and depoliticisation within the deliberative system: Assessing interactions and tensions of political communication. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, 18/3A(S1), 149–160. <https://doi.org/10.3917/enic.hs6.0149>
- Maia, R. C. M., Rossini, P. G. C., Oliveira, V. V., & Oliveira, A. G. (2015). Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação. *Opinião Pública*, 21(2), 490–513. <https://doi.org/10.1590/1807-01912015212490>
- Maia, R. C. M., Silveira, B., Orlandini, M., Hauber, G., Camelo, P., Santa Inês, L., & Choucair, T. (2020). A Teoria do Reconhecimento em tempos de intolerância: Retrocesso cultural e politização reativa. In B. Heller, D. Cal, A. P. Rosa (Eds.). *Midiatização (in)tolerância e reconhecimento* (pp. 109–130). EDUFBA.
- Maia, R. C. M., Santa Inês, L., Miola, E., & Marques, G. (2022a). Análise de conteúdo integrada. In R. Maia (Ed.). *Métodos de pesquisa em comunicação política* (pp. 81–108). EDUFBA.
- Maia, R. C. M., Hauber, G., & Choucair, T. (2023). *The deliberative system and inter-connected media in times of uncertainty*. Springer Nature.
- Maia, R. C. M., Orlandini, M., & Oliveira, B. (2022b). Métodos em plataformas digitais. In R. Maia (Ed.). *Métodos de pesquisa em comunicação política* (pp. 205–234). EDUFBA.
- Mendonça, R. F., Ercan, S. A., & Asenbaum, H. (2022). More than words: A multidimensional approach to deliberative democracy. *Political Studies*, 70(1), 153–172. <https://doi.org/10.1177/003232172095056>
- Meyer-Sahling, J. (2008). The changing colours of the post-communist state: The politicisation of the senior civil service in Hungary. *European Journal of Political Research*, 47(1), 1–33. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2007.00717.x>
- Orlandini, M. G. (2023). *Vozes feministas on-line: O processo de politização e despolitização de três mobilizações por hashtag* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas]. Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/68121>
- Orlandini, M., & Maia, R. (2023). (Des)politização do ativismo: Uma proposta metodológica das dinâmicas comunicacionais em ambientes digitais. In *32º Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/despolitizacao-do-ativismo-uma-proposta-metodologica-das-dinamicas-comunicacionais>
- Orlandini, M., & Maia, R. (2025). Politização, despolitização e repolitização: A ambivalência do ativismo feminista por hashtags. In R. C. M. Maia &



- M. Orlandini (Eds.). *Esfera pública no Brasil: Diferentes faces dos conflitos sociais, rupturas e reconstrução democrática* (pp. 205–224). Editora EDUFBA.
- Rizzoto, C., Belin, L. & Saraiva, A. (2021). *Minha foto não te autoriza a nada: Dimensões públicas e privadas na ação narrativa no Instagram em publicações com a hashtag #naoexistestuperculoso*. 30º Encontro Anual da Compós, Belo Horizonte.
- Rizzotto, C., Prudencio, K., & Sampaio, R. C. (2017). Tudo normal: A despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Comunicação & Sociedade*, 39(3), 111–130.
- Rodriguez, L., & Dimitrova, D. V. (2011). The levels of visual framing. *Journal of Visual Literacy*, 30(1), 48–65.
- Van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- Wessler, H., Wozniak, A., Hofer, L., & Lück, J. (2016). Global multimodal news frames on climate change: A comparison of five democracies around the world. *International Journal of Press/Politics*, 21(4), 423–445. <https://doi.org/10.1177/194016121666184>
- Willems, T., & Van Dooren, W. (2016). (De)politicization dynamics in public-private partnerships (PPPs): Lessons from a comparison between UK and Flemish PPP policy. *Public Management Review*, 18(2), 199–220. <http://doi.org/10.1080/14719037.2014.969759>
- Wolf, W. (2018). Das Problem der Narrativität in Literatur, bildender Kunst und Musik: Ein Beitrag zu einer intermedialen Erzähltheorie [2002]. In *Selected Essays on Intermediality by Werner Wolf* (1992–2014) (pp. 349–438). Brill.
- Wood, M. (2016). Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda. *Political Studies Review*, 14(4), 521–533. <https://doi.org/10.1111/1478-9302.12074>
- Wood, M., & Flinders, M. (2014). Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. *Policy & Politics*, 42(2), 151–170.
- Wozniak, A., Lück, J., & Wessler, H. (2015). Frames, stories, and images: The advantages of a multimodal approach in comparative media content research on climate change. *Environmental Communication*, 9(4), 469–490.
- Yarchi, M., Baden, C., & Kligler-Vilenchik, N. (2021). Political polarization on the digital sphere: A cross-platform, over-time analysis of interactional, positional, and affective polarization on social media. *Political Communication*, 38(1–2), 98–139. <https://doi.org/10.1080/10584609.2020.1785067>